

Entre o território e a escola: saberes tradicionais e currículo escolar na construção de uma educação contextualizada na Amazônia.

Between the territory and the school: traditional knowledge and the school curriculum in the construction of a contextualized education in the Amazon.

Entre el territorio y la escuela: saberes tradicionales y el currículo escolar en la construcción de una educación contextualizada en la Amazonía.

Átila de Souza¹
Maria de Nazaré Barroso da Silva²
Rosana Costa Reis³
Maria de Nazaré da Costa Brito⁴
Mariete Sousa de Menezes⁵
Elane Viana Bezerra⁶
Mariza Miranda Dinelly⁷
Ivaldo Rodrigues Barbosa⁸

¹ Doutor em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: atilabio@hotmail.com

² Doutoranda em Ciências da Educação, Universidade de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: nazarebarroso@yahoo.com.br

³ Doutora em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: rosana.reis2554@gmail.com

⁴ Mestre em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: marianazarecosta39@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: marietemenezes2303@gmail.com

⁶ Mestranda em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: elanevianabezerra@gmail.com

⁷ Doutora em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: marizam799@gmail.com

⁸ Doutor em Ciências da Educação, Universidad de la Integración de Las Américas (UNIDA), Asunción, Paraguay. E-mail: ivaldo.barbosa@semed.manaus.am.gov.br

Resumo

Os saberes tradicionais constituem importantes patrimônios culturais e epistemológicos, produzidos por povos e comunidades que estabelecem relações históricas com seus territórios. No contexto amazônico, esses conhecimentos desempenham papel fundamental na preservação da biodiversidade, na valorização das identidades culturais e na construção de práticas sustentáveis, configurando-se como relevantes referências para a educação escolar. Entretanto, sua inserção no currículo da Educação Básica ainda enfrenta desafios decorrentes da predominância de modelos curriculares padronizados, da limitada contextualização dos conteúdos e das dificuldades relacionadas à formação docente e à produção de materiais didáticos. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições dos saberes tradicionais para a construção de um currículo escolar contextualizado na Educação Básica amazônica, discutindo as relações entre currículo, território, interdisciplinaridade e valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam currículo, territorialidade, interculturalidade e saberes tradicionais. Os resultados evidenciam que a integração entre conhecimentos científicos e tradicionais favorece a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, fortalece a identidade cultural dos estudantes, amplia o diálogo entre escola e comunidade e contribui para uma aprendizagem mais significativa. Conclui-se que a valorização dos saberes tradicionais representa um caminho para a construção de currículos mais inclusivos, democráticos e comprometidos com as especificidades socioculturais da Amazônia, fortalecendo uma educação voltada ao reconhecimento da diversidade de conhecimentos e à formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Saberes tradicionais; Currículo escolar; Territorialidade; Interdisciplinaridade; Educação amazônica.

Abstract

Traditional knowledge constitutes an important cultural and epistemological heritage developed by peoples and communities through their historical relationship with their territories. In the Amazon region, this knowledge plays a fundamental role in biodiversity conservation, the appreciation of cultural identities, and the development of sustainable practices, making it a valuable reference for school education. However, its incorporation into the Basic Education curriculum still faces challenges related to standardized curricular models, limited contextualization of teaching, teacher education, and the availability of contextualized teaching materials. In this context, this study aimed to analyze the contributions of traditional knowledge to the development of a contextualized school curriculum in Amazonian Basic Education, discussing the relationships among curriculum, territory, interdisciplinarity, and the appreciation of knowledge produced by traditional communities. This is a qualitative study of a basic nature, conducted through a narrative literature review based on books, scientific articles, and official documents addressing curriculum, territoriality, intercultural education, and traditional knowledge. The findings indicate that integrating scientific and traditional knowledge promotes contextualized pedagogical practices, strengthens students' cultural identity, enhances the relationship between schools and communities, and contributes to more meaningful learning. It is concluded that valuing traditional knowledge is an essential strategy for building more inclusive, democratic, and culturally responsive curricula, strengthening education committed to the recognition of knowledge diversity and the critical education of students in the Amazon.

Keywords: Traditional knowledge; School curriculum; Territoriality; Interdisciplinarity; Amazon education.

Resumen

Los saberes tradicionales constituyen un importante patrimonio cultural y epistemológico, construido por pueblos y comunidades a partir de su relación histórica con sus territorios. En el contexto amazónico, estos conocimientos desempeñan un papel fundamental en la conservación de la biodiversidad, en la valorización de las identidades culturales y en el desarrollo de prácticas sostenibles, convirtiéndose en una referencia relevante para la educación escolar. Sin embargo, su incorporación al currículo de la Educación Básica aún enfrenta desafíos derivados del predominio de modelos curriculares estandarizados, de la escasa contextualización de los contenidos y de las dificultades relacionadas con la formación docente y la producción de materiales didáticos.

contextualizados. En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar las contribuciones de los saberes tradicionales para la construcción de un currículo escolar contextualizado en la Educación Básica amazónica, discutiendo las relaciones entre currículo, territorio, interdisciplinariedad y valorización de los conocimientos producidos por las comunidades tradicionales. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter básico, desarrollada mediante una revisión narrativa de la literatura, fundamentada en el análisis de libros, artículos científicos y documentos oficiales relacionados con currículo, territorialidad, interculturalidad y saberes tradicionales. Los resultados evidencian que la integración entre conocimientos científicos y tradicionales favorece la construcción de prácticas pedagógicas contextualizadas, fortalece la identidad cultural de los estudiantes, amplía el diálogo entre la escuela y la comunidad y contribuye a un aprendizaje más significativo. Se concluye que la valorización de los saberes tradicionales representa una estrategia para la construcción de currículos más inclusivos, democráticos y comprometidos con las especificidades socioculturales de la Amazonia, fortaleciendo una educación orientada al reconocimiento de la diversidad de conocimientos y a la formación crítica de los estudiantes.

Palabras clave: Saberes tradicionales; Currículo escolar; Territorialidad; Interdisciplinariedad; Educación amazónica.

INTRODUÇÃO

A Amazônia abriga uma das maiores diversidades biológicas e socioculturais do mundo, sendo constituída por povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e agricultores familiares que, ao longo de gerações, desenvolveram conhecimentos relacionados ao manejo dos recursos naturais, à organização social, às práticas culturais e às formas de interação com o território. Esses saberes tradicionais representam um importante patrimônio cultural e científico, pois expressam diferentes maneiras de compreender e interpretar a realidade, contribuindo para a preservação da biodiversidade, o fortalecimento das identidades locais e a construção de práticas sustentáveis. Nesse contexto, sua valorização no ambiente escolar torna-se essencial para o desenvolvimento de uma educação que dialogue com as especificidades da região amazônica e com as experiências vivenciadas pelos estudantes.

Nas últimas décadas, o debate sobre currículo escolar tem ampliado a compreensão de que os processos educativos devem considerar a diversidade cultural e territorial presente na sociedade. Para Sacristán (2020), o currículo é uma construção social que ultrapassa a organização de conteúdos, refletindo concepções de educação, cultura e formação humana. Nessa mesma perspectiva, Freire (2021) defende que o processo educativo deve partir da realidade dos sujeitos, valorizando seus conhecimentos e promovendo aprendizagens contextualizadas. Essas reflexões evidenciam a necessidade de construir currículos capazes de integrar conhecimentos

científicos e saberes produzidos pelas comunidades, reconhecendo a pluralidade de experiências que compõem o contexto educacional brasileiro.

Embora documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizem a valorização da diversidade cultural e o respeito às especificidades regionais, a incorporação dos saberes tradicionais às práticas pedagógicas ainda ocorre de forma limitada. Em muitos contextos escolares, prevalecem propostas curriculares centradas em conteúdos descontextualizados, pouco relacionados às realidades locais e às vivências dos estudantes. Essa situação é particularmente significativa na Amazônia, onde a riqueza cultural e ambiental do território nem sempre é contemplada como elemento estruturante dos processos de ensino e aprendizagem.

A integração entre saberes tradicionais e currículo escolar também encontra respaldo nas discussões sobre interdisciplinaridade, uma vez que favorece a articulação entre diferentes áreas do conhecimento na compreensão de fenômenos sociais, culturais e ambientais. Ao aproximar ciência, cultura e território, torna-se possível desenvolver práticas pedagógicas mais significativas, capazes de fortalecer a identidade cultural dos estudantes e promover uma aprendizagem vinculada às demandas e potencialidades da realidade amazônica.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira os saberes tradicionais podem contribuir para a construção de um currículo escolar contextualizado, interdisciplinar e comprometido com as especificidades socioculturais da Amazônia? Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições dos saberes tradicionais para a construção de um currículo escolar contextualizado na Educação Básica amazônica, discutindo as relações entre currículo, territorialidade, interdisciplinaridade e valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais.

Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, desenvolvida por meio de uma revisão de literatura. Foram analisados livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam currículo, saberes tradicionais, educação intercultural, territorialidade e educação amazônica, buscando compreender

as contribuições dessas discussões para a construção de práticas curriculares mais contextualizadas e culturalmente significativas.

Dessa forma, o estudo pretende contribuir para o debate sobre a necessidade de fortalecer currículos que reconheçam a diversidade de saberes presentes na Amazônia, promovendo o diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais como estratégia para uma educação mais inclusiva, contextualizada e comprometida com a realidade dos territórios onde a escola está inserida.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura. Essa modalidade de investigação possibilita reunir, analisar e discutir produções científicas sobre determinado tema, contribuindo para a compreensão do estado do conhecimento e para a construção de reflexões teóricas acerca do objeto investigado (Gil, 2019; Severino, 2017).

A pesquisa concentrou-se na análise de estudos que abordam a relação entre saberes tradicionais, currículo escolar, territorialidade, interdisciplinaridade e educação na Amazônia. Para a seleção do material bibliográfico, foram consultados livros, artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais, capítulos de livros, teses, dissertações e documentos oficiais relacionados às políticas curriculares brasileiras, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais normativas voltadas à Educação Básica.

Como critérios de inclusão, priorizaram-se publicações em língua portuguesa, espanhola e inglesa, produzidas preferencialmente entre 2015 e 2025, sem desconsiderar obras clássicas consideradas referenciais para a compreensão dos conceitos de currículo, saberes tradicionais, interculturalidade e interdisciplinaridade. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com a temática proposta ou que abordavam os conceitos de forma superficial e sem respaldo teórico consistente.

A análise do material fundamentou-se em uma abordagem interpretativa, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, bem como as principais contribuições da literatura para a compreensão da inserção dos saberes tradicionais no currículo escolar. Os estudos selecionados foram organizados em eixos temáticos, contemplando as discussões sobre currículo e territorialidade, valorização dos saberes tradicionais, interdisciplinaridade e desafios para a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas na realidade amazônica.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes bibliográficas e documentos de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa apreciação ética para pesquisas dessa natureza.

A partir desse percurso metodológico, buscou-se construir uma análise crítica que evidenciasse as contribuições dos saberes tradicionais para a elaboração de currículos escolares mais contextualizados, culturalmente sensíveis e comprometidos com as especificidades socioambientais da Amazônia.

CURRÍCULO, TERRITÓRIO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As discussões contemporâneas sobre currículo têm superado a concepção tradicional que o compreendia apenas como um conjunto de conteúdos e disciplinas organizados para orientar o processo de ensino. Atualmente, o currículo é entendido como uma construção histórica, social, política e cultural que expressa concepções de conhecimento, valores, identidades e projetos de sociedade. Nessa perspectiva, conforme argumenta Sacristán (2020), o currículo não é neutro, pois resulta de escolhas que definem quais conhecimentos são considerados legítimos e quais permanecem à margem dos processos educativos. Assim, discutir currículo implica refletir sobre as relações entre educação, cultura, poder e contexto social.

Essa compreensão é aprofundada por Tomaz Tadeu da Silva (2017), ao afirmar que o currículo constitui um espaço de produção de significados e de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos sociais buscam legitimar suas formas de

compreender o mundo. Desse modo, a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também participa da construção de identidades, da valorização ou invisibilização de culturas e da formação dos sujeitos. Em regiões marcadas por ampla diversidade sociocultural, como a Amazônia, essa discussão torna-se particularmente relevante, pois evidencia a necessidade de reconhecer os conhecimentos produzidos nos territórios como parte constitutiva da aprendizagem escolar.

O conceito de território amplia essa reflexão ao ultrapassar sua dimensão geográfica. Na perspectiva de Milton Santos (2006), o território deve ser compreendido como um espaço vivido, permeado por relações sociais, culturais, econômicas e políticas que conferem significado às experiências humanas. De forma semelhante, Miguel Arroyo (2013) destaca que os territórios são espaços de produção de saberes, memórias, identidades e práticas culturais que influenciam diretamente os processos educativos. Nessa perspectiva, a escola deixa de ser uma instituição isolada para assumir o papel de espaço articulador entre os conhecimentos científicos e as experiências construídas pelas comunidades em que está inserida.

No contexto amazônico, o território representa muito mais que um espaço físico; constitui elemento central da organização da vida social, econômica e cultural. Rios, florestas, igarapés e comunidades configuram cenários onde se desenvolvem práticas de pesca, agricultura, extrativismo, medicina tradicional e manejo sustentável dos recursos naturais, transmitidas entre gerações por meio da oralidade, da observação e da experiência cotidiana. Esses conhecimentos expressam formas próprias de compreender o ambiente e estabelecem relações de pertencimento que fortalecem a identidade dos sujeitos e das comunidades. Ignorar essa realidade na organização curricular significa desconsiderar experiências que fazem parte da vida dos estudantes e limitar as possibilidades de uma aprendizagem significativa.

Nessa direção, Paulo Freire (2021) defende que o processo educativo deve partir da realidade concreta dos educandos, valorizando seus conhecimentos prévios e promovendo o diálogo entre diferentes formas de saber. Para o autor, ensinar não consiste na simples transmissão de conteúdos, mas na criação de condições para que os sujeitos compreendam criticamente o mundo em que vivem. Essa perspectiva reforça a importância de currículos contextualizados, capazes de relacionar os

conteúdos escolares às vivências dos estudantes, tornando a aprendizagem mais significativa, crítica e transformadora.

A contextualização da aprendizagem constitui, portanto, um princípio fundamental para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a realidade dos territórios. Conforme destacam Moreira e Candau (2007), um currículo contextualizado favorece o reconhecimento da diversidade cultural, amplia as possibilidades de participação dos estudantes e fortalece a relação entre escola e comunidade. Na Amazônia, isso implica considerar os saberes tradicionais como referências legítimas para a abordagem de conteúdos relacionados às Ciências da Natureza, Geografia, História, Matemática, Linguagens e demais componentes curriculares, promovendo uma formação que dialogue com as especificidades ambientais, sociais e culturais da região.

Essa perspectiva também encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao reconhecer a necessidade de que os processos educativos valorizem a diversidade cultural, respeitem as identidades dos estudantes e estabeleçam relações entre os conhecimentos escolares e os contextos locais. Embora a BNCC proponha competências relacionadas à valorização da diversidade e ao exercício da cidadania, sua efetivação depende da autonomia das escolas e dos professores para desenvolver práticas curriculares que articulem os referenciais nacionais às características dos territórios onde estão inseridos.

Dessa forma, compreender o currículo a partir da relação entre território e contextualização da aprendizagem significa reconhecer que o conhecimento escolar não pode ser desvinculado das experiências sociais e culturais dos estudantes. No contexto amazônico, essa compreensão favorece a construção de práticas pedagógicas que aproximam a escola da comunidade, valorizam os saberes produzidos nos diferentes territórios e contribuem para uma educação comprometida com a diversidade, a identidade cultural e a formação crítica dos sujeitos. Sob essa perspectiva, o currículo deixa de ser apenas um instrumento de organização do ensino para constituir-se como espaço de diálogo entre ciência, cultura e território, fortalecendo uma educação capaz de responder às demandas e potencialidades da realidade amazônica.

SABERES TRADICIONAIS COMO PATRIMÔNIO EDUCATIVO

Os saberes tradicionais constituem um conjunto de conhecimentos, práticas, valores e formas de organização social construídos e transmitidos ao longo de gerações por povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e outros grupos tradicionais. Esses conhecimentos são produzidos a partir da experiência cotidiana, da observação da natureza, da oralidade e da interação permanente com o território, configurando sistemas próprios de interpretação da realidade e de manejo dos recursos naturais. Longe de representarem conhecimentos estáticos, os saberes tradicionais são dinâmicos, adaptam-se às transformações sociais e ambientais e continuam desempenhando papel fundamental na preservação da biodiversidade, na manutenção das identidades culturais e na sustentabilidade dos territórios.

Para Manuela Carneiro da Cunha (2019), os conhecimentos tradicionais constituem um patrimônio coletivo que resulta da relação histórica entre as comunidades e o ambiente, sendo continuamente reelaborados em resposta às mudanças sociais e ecológicas. A autora ressalta que esses saberes não devem ser compreendidos apenas como heranças culturais, mas como formas legítimas de produção de conhecimento, fundamentadas em processos sistemáticos de observação, experimentação e transmissão entre gerações. Sob essa perspectiva, reconhecer sua relevância significa ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas pelas quais diferentes sociedades constroem conhecimentos acerca da natureza, da cultura e da vida em comunidade.

Essa concepção é reforçada por Antonio Carlos Diegues (2008), ao afirmar que os saberes das populações tradicionais são resultado de séculos de convivência com os ecossistemas, reunindo informações sobre ciclos naturais, espécies vegetais e animais, manejo dos recursos hídricos, agricultura, pesca e extrativismo. Esses conhecimentos desempenham importante função na conservação ambiental e na utilização sustentável dos recursos naturais, demonstrando que ciência e tradição não constituem campos opostos, mas podem estabelecer relações de complementaridade na compreensão dos fenômenos socioambientais.

No campo educacional, a valorização dos saberes tradicionais representa um avanço na construção de currículos mais inclusivos e culturalmente sensíveis. Durante muito tempo, a escola privilegiou conhecimentos produzidos sob a lógica da ciência moderna, relegando a um plano secundário os conhecimentos desenvolvidos pelas comunidades locais. Essa hierarquização contribuiu para a invisibilização de práticas culturais e formas de conhecimento que fazem parte da identidade dos estudantes, especialmente em regiões como a Amazônia, onde a vida cotidiana está profundamente relacionada aos rios, às florestas e aos modos tradicionais de uso do território.

Ao discutir a pluralidade epistemológica, Boaventura de Sousa Santos (2019) propõe o conceito de *ecologia de saberes*, defendendo que diferentes formas de conhecimento podem coexistir e dialogar sem que uma seja considerada superior à outra. Para o autor, a superação das desigualdades cognitivas exige o reconhecimento da legitimidade dos conhecimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais, promovendo uma relação horizontal entre ciência, cultura e experiência. No contexto escolar, essa perspectiva favorece a construção de práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos locais e ampliem as possibilidades de aprendizagem dos estudantes.

Essa compreensão dialoga diretamente com a pedagogia de Paulo Freire (2021), para quem o processo educativo deve partir da realidade dos educandos e reconhecer os conhecimentos construídos em suas experiências de vida. Ao defender uma educação dialógica, Freire enfatiza que ensinar implica estabelecer relações entre os saberes populares e os conhecimentos científicos, possibilitando que os estudantes desenvolvam uma leitura crítica da realidade. Dessa forma, os saberes tradicionais deixam de ser tratados como conhecimentos periféricos e passam a integrar o processo educativo como elementos capazes de enriquecer a construção do conhecimento escolar.

Na Amazônia, essa integração pode ocorrer por meio de diferentes práticas pedagógicas. O estudo da biodiversidade, por exemplo, pode ser articulado aos conhecimentos indígenas sobre plantas medicinais; conteúdos relacionados aos ecossistemas podem dialogar com as práticas ribeirinhas de manejo dos recursos pesqueiros; temas ligados às mudanças climáticas podem incorporar experiências comunitárias sobre os ciclos das águas e da floresta; enquanto discussões sobre

alimentação saudável podem contemplar produtos da sociobiodiversidade regional, como a mandioca, o açaí, o tucumã e outras espécies nativas. Essas abordagens aproximam os conteúdos curriculares das experiências dos estudantes, favorecendo aprendizagens contextualizadas e fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território.

Além de favorecer a aprendizagem, a inserção dos saberes tradicionais no currículo contribui para o fortalecimento da identidade cultural e para o reconhecimento da diversidade como princípio educativo. Ao perceber que os conhecimentos presentes em sua comunidade também possuem valor no espaço escolar, o estudante passa a compreender sua cultura como parte legítima do patrimônio social e científico, desenvolvendo autoestima, respeito às diferenças e compromisso com a preservação dos saberes coletivos. Essa perspectiva também fortalece a relação entre escola e comunidade, ampliando a participação de mestres da cultura, lideranças comunitárias, pescadores, agricultores, artesãos e povos indígenas nas ações educativas.

Entretanto, a valorização dos saberes tradicionais não implica substituir os conhecimentos científicos, mas promover um diálogo entre diferentes formas de compreender a realidade. Conforme argumenta Edgar Morin (2015), a complexidade dos problemas contemporâneos exige a integração de diferentes perspectivas e saberes, superando a fragmentação do conhecimento. No contexto amazônico, essa integração torna-se ainda mais relevante diante dos desafios relacionados à conservação da biodiversidade, às mudanças climáticas, à sustentabilidade e à valorização das culturas tradicionais.

Assim, reconhecer os saberes tradicionais como patrimônio educativo significa compreender que eles constituem importantes referências para a construção de um currículo contextualizado, intercultural e socialmente comprometido. Ao integrar ciência, cultura e território, a escola amplia as possibilidades de aprendizagem, fortalece a identidade dos estudantes e contribui para a formação de cidadãos capazes de compreender a complexidade da realidade amazônica e atuar de forma crítica e responsável na preservação de seu patrimônio natural e cultural. Esse reconhecimento representa um passo fundamental para a construção de uma educação que valorize a

diversidade epistemológica e promova o diálogo entre os diferentes modos de produzir e compartilhar conhecimentos.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TRADICIONAIS

A valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar pressupõe a superação de práticas pedagógicas fragmentadas e a construção de estratégias que favoreçam o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Nesse contexto, a interdisciplinaridade apresenta-se como um princípio pedagógico capaz de articular os conhecimentos científicos aos saberes produzidos pelas comunidades tradicionais, possibilitando uma compreensão mais ampla da realidade e aproximando a escola das experiências vivenciadas pelos estudantes.

De acordo com Ivani Fazenda (2011), a interdisciplinaridade não consiste apenas na aproximação entre disciplinas, mas em uma atitude de abertura ao diálogo, à cooperação e à construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva rompe com a lógica da compartimentalização dos conteúdos escolares e favorece a compreensão de fenômenos complexos que não podem ser explicados por uma única área do conhecimento. Em regiões como a Amazônia, marcadas por grande diversidade ambiental e sociocultural, essa abordagem torna-se especialmente relevante por permitir que os conteúdos curriculares sejam desenvolvidos a partir das experiências construídas no território.

Essa compreensão também dialoga com o pensamento de Edgar Morin (2015), que defende a necessidade de superar a fragmentação do conhecimento por meio de uma educação voltada para a complexidade. Segundo o autor, os problemas contemporâneos exigem a articulação entre diferentes saberes, considerando as relações existentes entre aspectos ambientais, culturais, sociais, econômicos e científicos. Sob essa perspectiva, a interdisciplinaridade favorece a construção de currículos capazes de integrar conhecimentos acadêmicos e tradicionais na análise dos desafios enfrentados pelas comunidades amazônicas.

No contexto da Educação Básica, a integração entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais pode ocorrer a partir de temas geradores vinculados ao

território. Inspirada na pedagogia de Paulo Freire (2021), essa abordagem parte das experiências concretas dos estudantes para desenvolver conteúdos curriculares de forma contextualizada. Ao utilizar elementos presentes na realidade local, a escola amplia as possibilidades de participação dos educandos e fortalece a relação entre o conhecimento escolar e a vida comunitária.

A biodiversidade amazônica constitui um exemplo significativo dessa integração. O estudo das espécies vegetais pode ser desenvolvido não apenas sob a perspectiva da Botânica, mas também incorporando os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais, alimentação, manejo florestal e conservação da natureza. Da mesma forma, os conteúdos relacionados aos ecossistemas podem dialogar com os conhecimentos de pescadores e ribeirinhos acerca dos ciclos hidrológicos, dos períodos de reprodução dos peixes e das transformações ambientais observadas ao longo do tempo. Essas experiências possibilitam que os estudantes compreendam os fenômenos científicos sem desconsiderar os conhecimentos produzidos pelas comunidades.

A interdisciplinaridade também favorece a articulação entre diferentes componentes curriculares. Um projeto pedagógico sobre os rios amazônicos, por exemplo, pode integrar conteúdos de Ciências, ao abordar a qualidade da água e os ecossistemas aquáticos; Geografia, ao discutir a organização do território e as bacias hidrográficas; História, ao analisar a ocupação humana da região; Matemática, por meio da interpretação de dados sobre níveis dos rios e produção pesqueira; Língua Portuguesa, com a produção de relatos, entrevistas e registros das narrativas locais; e Artes, valorizando manifestações culturais inspiradas na relação das comunidades com os rios. Essa integração amplia as possibilidades de aprendizagem e demonstra que o conhecimento é construído de forma articulada e contextualizada.

Outro aspecto relevante refere-se à participação da comunidade nos processos educativos. A aproximação entre escola e território permite que mestres dos saberes tradicionais, lideranças indígenas, pescadores, agricultores, artesãos e outros detentores de conhecimentos locais participem das atividades escolares, compartilhando experiências que enriquecem o currículo. Essa interação fortalece o reconhecimento da diversidade cultural, promove o diálogo intergeracional e contribui

para que os estudantes percebam a escola como um espaço de valorização de sua identidade e de sua história.

Entretanto, a integração entre conhecimentos científicos e tradicionais exige cuidados para evitar abordagens superficiais ou meramente folclorizantes. Os saberes tradicionais não devem ser incorporados apenas em atividades comemorativas ou como exemplos ilustrativos dos conteúdos escolares. É necessário que sejam reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento, capazes de dialogar criticamente com a ciência e contribuir para a compreensão dos fenômenos estudados. Conforme destaca Boaventura de Sousa Santos (2019), a construção de uma ecologia de saberes pressupõe relações de reciprocidade e respeito entre diferentes epistemologias, sem estabelecer hierarquias que desvalorizem os conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, o papel do professor torna-se fundamental. Cabe ao docente planejar situações de aprendizagem que articulem os conhecimentos previstos no currículo às experiências dos estudantes e às especificidades do território, estimulando a investigação, a problematização e o diálogo entre diferentes perspectivas. Essa atuação requer formação inicial e continuada voltada para a interculturalidade, a contextualização do ensino e o desenvolvimento de práticas interdisciplinares capazes de reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da educação.

Assim, a interdisciplinaridade configura-se como um caminho para integrar conhecimentos científicos e saberes tradicionais na construção de um currículo mais contextualizado e socialmente significativo. Ao promover o diálogo entre escola, comunidade e território, essa perspectiva amplia as possibilidades de aprendizagem, fortalece a identidade cultural dos estudantes e contribui para uma educação comprometida com a valorização da diversidade de conhecimentos presentes na Amazônia, favorecendo a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel na preservação do patrimônio natural e cultural da região.

DESAFIOS PARA A INCORPORAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS AO CURRÍCULO ESCOLAR

Embora o reconhecimento da diversidade cultural tenha avançado nas políticas educacionais brasileiras, a efetiva incorporação dos saberes tradicionais ao currículo escolar ainda enfrenta obstáculos de natureza política, pedagógica, institucional e epistemológica. A valorização desses conhecimentos não depende apenas de sua previsão em documentos oficiais, mas da construção de práticas curriculares que reconheçam a pluralidade de formas de produzir conhecimento e promovam o diálogo entre escola, comunidade e território. Nesse sentido, os desafios ultrapassam a dimensão didática e envolvem concepções de currículo, formação docente e políticas públicas para a Educação Básica.

Um dos principais desafios está relacionado à permanência de currículos prescritos, estruturados a partir de modelos padronizados que, muitas vezes, privilegiam conteúdos considerados universais em detrimento das especificidades regionais. Conforme destaca Sacristán (2020), o currículo prescrito representa uma orientação normativa que nem sempre contempla a diversidade dos contextos escolares, exigindo dos professores um processo contínuo de ressignificação para que os conteúdos dialoguem com a realidade dos estudantes. Na Amazônia, essa questão torna-se particularmente relevante, pois a riqueza cultural e ambiental da região frequentemente recebe tratamento secundário diante da necessidade de atender às demandas de avaliações externas e ao cumprimento de programas curriculares uniformizados.

Essa problemática também é discutida por Michael Apple (2006), ao afirmar que o currículo não é neutro, mas resultado de disputas políticas e ideológicas que determinam quais conhecimentos são considerados legítimos no espaço escolar. Segundo o autor, a predominância de currículos centralizados pode contribuir para a invisibilização de saberes produzidos por grupos historicamente marginalizados, reforçando desigualdades sociais e culturais. Sob essa perspectiva, a valorização dos saberes tradicionais exige reconhecer que diferentes comunidades produzem conhecimentos igualmente relevantes para compreender a realidade e enfrentar os desafios contemporâneos.

Outro desafio refere-se à formação inicial e continuada de professores. Muitos docentes concluem sua formação com reduzidas oportunidades de discutir educação intercultural, territorialidade e metodologias voltadas para a integração entre

conhecimentos científicos e tradicionais. Como consequência, mesmo reconhecendo a importância da contextualização do ensino, encontram dificuldades para planejar práticas pedagógicas que incorporem os saberes das comunidades de maneira crítica e articulada aos objetivos curriculares. Para Nóvoa (2022), a formação docente deve favorecer o desenvolvimento de competências reflexivas e a capacidade de relacionar teoria e prática, possibilitando que os professores atuem como mediadores da aprendizagem e produtores de conhecimento em seus contextos de atuação.

A escassez de materiais didáticos contextualizados também limita a inserção dos saberes tradicionais no cotidiano escolar. Grande parte dos livros e recursos pedagógicos utilizados nas escolas brasileiras apresenta exemplos, problemas e referências distantes da realidade amazônica, dificultando a aproximação entre os conteúdos curriculares e as experiências vividas pelos estudantes. Embora professores frequentemente desenvolvam estratégias próprias para contextualizar o ensino, essa iniciativa depende, em grande medida, de seu conhecimento sobre o território, de sua autonomia pedagógica e das condições de trabalho oferecidas pelas redes de ensino.

Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de superar visões estereotipadas ou folclorizantes dos saberes tradicionais. Em muitas situações, esses conhecimentos são abordados apenas em datas comemorativas ou como curiosidades culturais, sem que sejam reconhecidos como sistemas legítimos de produção de conhecimento. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2019), a construção de uma ecologia de saberes exige relações horizontais entre diferentes epistemologias, rompendo com a ideia de superioridade exclusiva da ciência moderna e reconhecendo a contribuição dos conhecimentos produzidos por povos e comunidades tradicionais para a compreensão dos fenômenos naturais, sociais e culturais.

Além disso, a incorporação dos saberes tradicionais demanda maior aproximação entre escola e comunidade. A participação de lideranças indígenas, mestres da cultura, pescadores, agricultores, artesãos e demais detentores de conhecimentos tradicionais amplia as possibilidades de contextualização do ensino e fortalece o vínculo entre a escola e o território. Entretanto, essa aproximação ainda enfrenta barreiras relacionadas à organização escolar, à ausência de políticas

institucionais de incentivo e, em alguns casos, à dificuldade de reconhecer esses sujeitos como parceiros legítimos do processo educativo.

Apesar desses desafios, observa-se um movimento crescente em defesa de currículos mais contextualizados e comprometidos com a diversidade cultural brasileira. A ampliação das discussões sobre interculturalidade, educação ambiental, educação do campo e educação escolar indígena tem contribuído para fortalecer propostas pedagógicas que valorizam o território como espaço de aprendizagem e reconhecem os saberes tradicionais como elementos constitutivos da formação humana. Nesse contexto, o currículo deixa de ser compreendido como um documento estático para assumir seu caráter dinâmico, construído nas relações entre professores, estudantes, comunidade e realidade social.

Dessa forma, a incorporação dos saberes tradicionais ao currículo escolar exige um conjunto de ações articuladas que envolvem políticas públicas, formação docente, produção de materiais didáticos contextualizados e fortalecimento da autonomia das escolas para desenvolver propostas pedagógicas sensíveis às especificidades de seus territórios. Mais do que inserir novos conteúdos no currículo, trata-se de promover uma mudança de perspectiva, reconhecendo que a construção do conhecimento ocorre no diálogo entre diferentes saberes e que a valorização da diversidade cultural constitui condição essencial para uma educação democrática, intercultural e socialmente referenciada. Nesse sentido, a escola tem o desafio de consolidar práticas pedagógicas que aproximem ciência, cultura e território, contribuindo para a formação de estudantes capazes de compreender a complexidade da realidade amazônica e de atuar na valorização e preservação de seu patrimônio socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida neste estudo evidenciou que os saberes tradicionais constituem um importante patrimônio educativo, capaz de enriquecer os processos de ensino e aprendizagem quando incorporados de forma crítica e contextualizada ao currículo escolar. No contexto amazônico, esses conhecimentos representam não apenas manifestações culturais, mas formas legítimas de compreender a natureza, o

território e as relações sociais, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais significativas e próximas da realidade vivenciada pelos estudantes.

Ao longo da análise, verificou-se que a construção de um currículo contextualizado exige o reconhecimento do território como espaço de produção de conhecimentos e da escola como ambiente de diálogo entre diferentes epistemologias. Nessa perspectiva, a integração entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais amplia as possibilidades de aprendizagem, fortalece a identidade cultural dos estudantes e favorece a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a complexidade das questões sociais, culturais e ambientais presentes na Amazônia.

O estudo também permitiu identificar que a efetiva inserção dos saberes tradicionais no currículo escolar ainda enfrenta desafios relacionados à organização curricular, à formação de professores, à disponibilidade de materiais didáticos contextualizados e à necessidade de fortalecer a aproximação entre escola e comunidade. Superar essas limitações demanda políticas educacionais que valorizem as especificidades territoriais, promovam maior autonomia curricular e incentivem práticas pedagógicas fundamentadas na diversidade cultural e no diálogo intercultural.

Dessa forma, compreende-se que a valorização dos saberes tradicionais não representa a substituição dos conhecimentos científicos, mas a construção de uma relação de complementaridade entre diferentes formas de produzir e compartilhar conhecimentos. Essa articulação favorece uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com as realidades locais, contribuindo para que o currículo escolar deixe de ser um instrumento homogêneo e passe a constituir-se como um espaço de reconhecimento das múltiplas identidades e experiências que caracterizam a sociedade amazônica.

Conclui-se, portanto, que a incorporação dos saberes tradicionais ao currículo escolar representa uma estratégia relevante para fortalecer uma educação contextualizada, interdisciplinar e socialmente referenciada. Ao reconhecer os conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais como parte do processo educativo, a escola amplia as possibilidades de construção de aprendizagens significativas, fortalece os vínculos entre educação e território e contribui para a preservação do patrimônio cultural e socioambiental da Amazônia.

Como perspectivas para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem experiências de integração dos saberes tradicionais em escolas da Educação Básica, analisando seus impactos na aprendizagem e na valorização da identidade cultural dos estudantes. Também são oportunas investigações sobre a formação inicial e continuada de professores para o trabalho com currículos territorializados, a produção e avaliação de materiais didáticos contextualizados para a realidade amazônica, o papel das comunidades tradicionais na construção de propostas curriculares participativas e a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da interculturalidade e da educação contextualizada em diferentes territórios da Amazônia. Essas pesquisas poderão ampliar a compreensão sobre os caminhos para consolidar uma educação que reconheça a diversidade de saberes como elemento fundamental para a formação humana e para o desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 ago. 2026.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Enciclopédia da floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2015.
- NÓVOA, António. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, 2022.
- SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.